

As Relações de Troca Entre o Campo e a Cidade

JOSÉ DE SOUZA MARTINS*

A principal dificuldade deste estudo é a de que nele procurarei analisar e apreender as significações e não as peculiaridades formais do associativismo empresarial no Brasil agrário. Para tanto, tive que circunscrevê-lo a uma etapa “cumprida” da história brasileira do presente — a da vigência do modelo econômico de substituição de importações decorrente da ideologia desenvolvimentista — sobretudo nas duas últimas décadas, em que se manifestaram o seu apogeu e crise.¹ Em consequência, o estudo se limita ao tema de significação nuclear — *a deterioração das relações de troca entre o campo e a cidade* — nos seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos.

Outros dois temas, pelo menos, como a *reforma agrária* e a *legislação do trabalho* rural — objetos de intensos debates políticos na mesma fase — são adjetivos em relação àquele tema, já que por ele se apreende parte dos significados destes e já que transcendem os interesses das classes vinculadas ao meio rural.

Devido ao fato de que as tensões estão ocultas no associativismo agrário, em maior ou menor grau, conforme a conjuntura, os movimentos sociais que engendraram aparecem com uma feição segmentada: cooperativismo, atuação político-partidária, grupos de pressão, conspiração, etc. No entanto, têm uma unidade e uma significação central que se revelam nessa qualidade como dimensão do caráter tenso e dramático do desenvolvimento no capitalismo periférico, a ponto de que seria mais correto falar-se em movimento social e não em movimentos sociais. A ênfase do estudo será posta, portanto, nesse movimento social.

Há que se considerar, porém, que o associativismo agrário sendo mais intensivo na região Sul do país (Quadro I), nem por isso será encarado como fenômeno regional. Ao contrário, por trás da sua regionalização

* Do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

I — NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DE
SÓCIOS DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS CONFORME
REGIÃO — 1960
(porcentagens)

<i>Região</i>	<i>Estabelecimentos agropecuários</i>	<i>Sócios das associações rurais</i>
Norte	4.1	3.4
Nordeste	28.8	17.7
Leste	28.5	25.8
Sul	33.8	50.4
Centro-Oeste	4.8	2.7
Brasil (100.0%)	3.349.484	220.773

FONTES — IBGE-Serviço Nacional de Recensamento, *Sinopse Preliminar do Censo Agrícola - Brasil (1960)*, p. 2; *Anuário Estatístico do Brasil - 1962*, p. 277.

encontra-se o teor limite do movimento social que através dêle se desenrola. Por isso, o material utilizado, especialmente aquele que aqui é exposto, consiste sobretudo em pronunciamentos de líderes ruralistas da região Sul, notadamente São Paulo.

Embora se pretenda explicar o fenômeno em relação a uma etapa histórica, a documentação transcrita nos seus trechos essenciais apareceu predominantemente no período imediatamente seguinte à mudança do regime em 1964. Nessa fase de crise política o conteúdo ideológico das posições assumidas pelos ruralistas e o sentido de suas ações durante a etapa considerada se desvendaram plenamente.

1. *Industrialização e descapitalização no campo*

A segunda metade do período de hegemonia do modelo de substituição de importações caracterizou-se para os produtores rurais como fase de deterioração, em média, dos preços reais de seus produtos (Quadro II).

II — ÍNDICES DE PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELOS
AGRICULTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO

<i>Período</i>	<i>Todos os produtos</i>	<i>Só produtos vegetais</i>	<i>Produtos conforme a destinação</i>		
			<i>Alimentos</i>	<i>Matérias primas</i>	<i>Exportação</i>
1950/54	100	100	100	100	100
1955/59	91	88	106	95	76
1960/64	89	80	115	112	64

Obs.: Preços deflacionados a partir do índice "2" de *Conjuntura Econômica* (Fundação Getúlio Vargas).

FONTE — Divisão de Economia Rural, "Diagnóstico da Agricultura Paulista" *Agricultura em São Paulo*, Ano xiv, Nos. 5 e 6, Secretaria da Agricultura, Maio e Junho de 1967, p. 25.

Utiliza-se os dados relativos a São Paulo, exclusivamente, porque são os únicos disponíveis. Sua utilização é válida em face das preocupações neste estudo não só pelas razões já alegadas na introdução, mas também porque os preços recebidos pelos produtores paulistas retém, provavelmente, parcela da renda agrícola diferencial, devido à proximidade do mercado consumidor.²

São indispensáveis algumas considerações para melhor entendimento do quadro II. Em se tratando de preços médios, os índices estão influenciados pelos preços de comercialização nas fases de entressafra, quando o preço modal, mais adequado para as considerações que aqui serão feitas, refletiria melhor o preço efetivamente recebido pela maioria dos produtores, que é menor do que o da média (uma vez que a comercialização se concentra no período de safra, quando os preços estão deprimidos). Em segundo lugar é preciso ter em conta que a classificação dos produtos em três categorias (alimentos, matérias-primas e produtos de exportação) não deve ser tomada na sua aparente rigidez. Na verdade, um mesmo produto poderia constar das três categorias, bastando citar como exemplo: o milho, o arroz, a cana-de-açúcar, o algodão, o café.

O setor agrícola produtor de artigos exportáveis (café, cana, algodão, etc.) não raro tem sido relacionado com uma dinâmica econômica de origem externa que nêle preserva o caráter e a dinâmica coloniais. A determinação colonial seria, assim, direta. No entanto, é necessário considerar a importância que a política econômica do Estado desenvolvimentista veio a ter, como a industrialização, na mediação entre o setor externo e o setor interno. Tais produtos têm a sua comercialização regulada pelo Estado, seja porque dêles depende substancialmente a receita cambial do país, empregada na industrialização, seja porque passaram a ter consumo expressivo ou preponderante no mercado interno (Quadro III).

III — PARTICIPAÇÃO PROVÁVEL DO MERCADO INTERNO NO CONSUMO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE EXPORTAÇÃO BRASIL

<i>Produto</i>	<i>Ano</i>	<i>Porcentagem</i>
Açúcar	1964	92.6
	1965	83.7
	1966	74.1
Algodão	1964	52.8
Café	1959/60	23.1
	1963/64	27.3
	1964/65	38.9

<i>Produto</i>	<i>Ano</i>	<i>Porcentagem</i>
	1965/66	33.2
	1966/67	33.9

FONTES — *Anuário Estatístico do Brasil - 1967*, pp. 208 e 228; “Empresa para Exportar Açúcar”, *O Estado de S. Paulo*, 12 de março de 1971, p. 27; “Ruralistas pedem a Castelo que libere totalmente o algodão”, *O Estado de S. Paulo*, 16 de julho de 1964, p. 26; Rubens Araujo Dias, “Necessidade de Reformulação da Política Brasileira de Café”, *Agricultura em São Paulo*, ano xvii, nos. 11/12, novembro/dezembro de 1970, p. 36.

Órgãos oficiais responsáveis pela fixação de preços e pelo controle da comercialização dos artigos de exportação funcionam basicamente como meios reguladores da transferência de renda do setor rural para o urbano-industrial e da sua acumulação neste último. Assim sendo, mesmo os chamados “artigos coloniais” não produzem vínculos econômicos tipicamente coloniais (externos) já que sua inserção no comércio internacional é mediatizada pela interiorização das funções metropolitanas³ e, consequentemente, pelo colonialismo interno.

Alguns exemplos podem ser indicados para mostrar a redefinição sofrida pelos vínculos coloniais. A prática do “confisco cambial” na comercialização do café permite a constituição de um fundo no Banco do Brasil, destinado à defesa do produto, que é empenhado na diversificação da economia agrária,⁴ através de financiamentos que estimulam sobretudo a cultura para abastecimento alimentar do mercado interno. Ao mesmo tempo, maximiza-se o fundo de cambiais geradas pelo produto. A exportação do algodão não é liberada porque o mercado interno não pode pagar preços equivalentes aos do mercado internacional, em geral bons devido à atuação dos Estados Unidos como país produtor,⁵ porque a obsolescência da indústria têxtil voltada para o consumo interno⁶ exige praticamente o subsídio da matéria-prima. E esse subsídio é obtido pelo estrangimento dos preços no nível do produtor. A açúcar, que gozou de efêmero sucesso com o boicote de países ocidentais a produção cubana, reafirmou o regime de quotas de produção, novamente assoberbado com o excesso da oferta no mercado internacional, dependendo substancialmente do mercado interno para colocar pelo menos $\frac{3}{4}$ da sua produção.

“Não há dúvida [...] que vem ganhando vulto o fato de que as grandes perspectivas para o açúcar se encontram em nosso mercado interno. Esse quadro se robusteceu desde quando mudaram os termos: os volumes de consumo interno passaram a superar os de exportação, invertendo uma tradição secular.”⁷

“...desde o ano de 1951, é o açúcar o alimento que menos vem onerando o orçamento da classe operária da cidade de São Paulo, quando

confrontado com outros gêneros, como o arroz, feijão, pão, carne, macarrão, leite, óleo, etc.”⁸

A dinâmica da agricultura de exportação só pode ser entendida se se tiver em conta que decorre de vínculos coloniais incorporados estruturalmente pela sociedade brasileira para se desenvolver. E essa incorporação é que reduz os artigos coloniais à mesmas condições de comercialização dos produtos alimentares de consumo interno, cujos preços são regulados em função da política econômica e salarial do Estado, que procura mantê-los de modo a conservar deprimido o dispêndio com a subsistência do trabalhador urbano. Tal regulação é feita através dos chamados órgãos controladores de preços, a Cofap — Comissão Federal de Preços — e a sua sucessora, a Sunab — Superintendência Nacional do Abastecimento.

O Estado assumiu, assim, no que se refere à política econômica, a função de representante dos interesses urbano-industriais, de manipulador da política de preços e da política cambial como meio para incrementar os recursos em favor do que encontraria expressão ideológica no desenvolvimentismo. Processo, aliás, radicado na Revolução de 1930, que consistiu num ponto de inflexão na economia colonial subsistente:

“Desde 1930, os preços, internos do café passaram a ser subtraídos da lei natural da oferta e procura, para se enquadrarem em esquemas arbitrários, inteiramente alheios à manutenção de uma satisfatória renda de sustentação, decorrendo daí um processo contínuo de descapitalização, de início individual. . .”⁹

Pela importância que têm na receita cambial do país e por ser o produto mais expressivo da economia colonial nos últimos cem anos, o café aparece com frequência no cerne das controversias sobre a política de preços para os produtos agrícolas e sobre as funções do Estado. Quando este orienta a sua atuação favoravelmente aos pressupostos do desenvolvimentismo, produz como resultado a separação analítica dos interesses em jôgo e descortina o teor dos vínculos econômicos, como ocorre nestes trechos de um memorial:

“Pedimos vênha, sr. ministro, para afirmar que essa campanha nacionalista, que se fomenta em torno do café solúvel, estimulando grave conflito entre o café brasileiro e os interesses dos mercados importadores de café verde do Brasil, representa desserviço sem precedente à estabilidade da economia cafeeira nacional.”¹⁰

Mas, é o próprio Estado que assume posição contra êsses interesses, que

não se correlacionam com os requisitos e os interesses empenhados no desenvolvimentismo:

“Com efeito a Junta do IBC foi criada para que a política geral do produto fôsse liderada pela lavoura, até então completamente à margem das grandes decisões sôbre o café. Para os beneficiários da situação existente na fase em que nenhum arremêdo de defesa de preços havia no interior, quando os lucros ficavam sômente como o comerciário (sic) ou exportador, a inovação não agradou interesses, após a Comissão de Inquérito, realizada pela Câmara dos Deputados em 1946 não evitaram como resultado da investigação, que a lavoura tivesse sua presença nas altas decisões da política cafeeira. [...]. O campo permaneceu, entretanto, perfeitamente livre para os legítimos interesses comerciais, mas delegação de Poder Público não lhes seria mais dada para que decidissem em causa própria assuntos de que depende o orçamento cambial do País e o bem estar de enorme contingente da nossa população rural.”¹¹

Tendo por detrás os interesses do setor urbano-industrial, o desenvolvimentismo preconiza e pratica, até mesmo em nome da lavoura, uma política econômica contrária aos interesses dos representantes da economia colonial, colocando o Estado em seu lugar e efetivando, por meio dêle, um colonialismo interno para propiciar os recursos necessários à industrialização e ao desenvolvimento.

Em outros têrmos, o problema rural não pode ser adequadamente situado a partir da polarização “economia de mercado externo/economia nacional”, como se constituíssem duas realidades históricas, em relação de sucessão, polarizadas antagônicamente, numa oposição mecânica estabelecida. A chamada economia nacional, que, enquanto conceito, constitui uma das dimensões da ideologia desenvolvimentista, opera na prática pela incorporação do colonialismo, transformado em colonialismo interno.

2. *Os ruralistas e o colonialismo interno*

Há uma relativa uniformidade no entendimento das conseqüências do desenvolvimentismo para as rendas do setor agrário, que evidencia como o colonialismo interno veio para o primeiro plano na sua determinação, sejam os produtos destinados ao mercado interno ou ao mercado externo. Eis um significativo elenco de pontos de vista relacionados com diferentes produtos:

Açúcar: “É, portanto, mais fruto do critério adotado de preços políticos, do que prôpriamente de fatôres econômicos, a posição de relativo

destaque estatístico, como produto cujo preço menos evoluiu a partir de 1951.”¹²

Algodão: “Se atentarmos para a produção nordestina da qual a indústria nacional consome 70% de sua produção, com a atual exportação contingenciada, obriga o nordestino a vender à indústria a prazo, pagando fretes internos e caros, quando deveria vender à vista e na porta, devido à concorrência da indústria com a exportação, pois não é justo que a indústria trabalhe com privilégios, principalmente sobre o cotonicultor pequeno do Nordeste, que planta roçados de 5 a 15 hectares e trabalha com a sua família e ainda subsidie, sempre, o industrial rico e poderoso.”¹³

Cacau: (Trecho de memorial encaminhado ao ministro da Fazenda por sindicatos e associações rurais da zona cacauera da Bahia) — “Não é demais repetir aqui o que já disse muitas vezes a lavoura cacauera vem passando por um processo inexorável de descapitalização (sic), aqui demonstrada sem rodeios. É oportuno dizer que o excesso da quota de contribuição que a lavoura cacauera tem pago, de 15% sobre o cacau Fob, constitui outro fator desta descapitalização.”¹⁴

Café: (Resoluções aprovadas no 1º Congresso Nacional do Café) — “11.—Maior participação possível do produtor no preço resultante da conversão das cambiais de exportação do café à mesma taxa de câmbio vigente para todos os produtos... [...]. 12.—Eliminação do subsídio ao consumo interno.”¹⁵

Carne: “. . . a moda é a industrialização e o Brasil se enquadrou nessa moda, mas de maneira desordenada. O Brasil precisa exportar para poder importar e deve exportar principalmente produtos agrícolas.”¹⁶

Leite: “Entre tantos males que constituem a triste herança de Governos demagógicos, aí está o problema do leite. O último tabelamento justo do leite foi feito ao tempo do Governo do General Eurico Dutra. Foi um tabelamento bem recebido por produtores, industriais, comerciantes e consumidores./ Poderia ter dado ótimos resultados se não fôsse substituído, a partir de 1948, por tabelamentos políticos.”¹⁷

Matérias primas para a indústria: “Se o Governo Federal procurou amparar a agricultura, embora em modestas proporções, o mesmo não acontece com alguns industriais ou comerciantes que, servindo-se de matéria-prima do meio rural, procuram tirar vantagens daquela medida em seu benefício próprio, sem considerar o direito e a necessidade de amparar os que exploram a terra. Dando a impressão de que a lei está

sendo fielmente cumprida, quen se vale dêsse financiamento, em bases bastante elevadas, porque se beneficia com empréstimos a centenas de agricultores, é o próprio industrial. [...] De dois em dois milhões, êsse industrial consegue centenas de milhões de cruzeiros, suficientes para inversões consideráveis no mercado imobiliário, enquanto o agricultor continua penando para obter, a altos juros, o numerário indispensável para conduzir sua nova plantação.”¹⁸

O conteúdo dessas verbalizações, na maior parte de representantes de associações rurais, é indicativo da percepção que têm os ruralistas sobre a descapitalização que os alcança em diferentes regiões do país, sobre os setores da economia que dela se beneficiam e sobre a função central do Estado na prática do colonialismo interno através dos mecanismos da política econômica.

É evidente, no entanto, que o colonialismo interno enquanto resultado do desenvolvimentismo tem uma raiz histórica mais precisa. Ele não se confunde com o caráter diferencial da rentabilidade dos diversos setores econômicos. Ou seja, a questão engloba mais do que uma rentabilidade maior ou menor do capital conforme o campo de aplicação.

Outros documentos e depoimentos de ruralistas exprimem novos aspectos da descapitalização que se constata:

“...de modo global, observou-se nos últimos anos uma constante transferência de renda do setor agropecuário para os das demais atividades econômicas [...] Todavia, já em 1968 a elevação dos preços dos insumos necessários à produção leiteira tornava imperioso um aumento do preço do leite, pois êste já se distanciava abertamente do custo de produção, tornando a atividade antieconômica.”¹⁹

“A demagogia não permite que o arroz, o feijão, o milho subam em proporção à demais utilidades: — são gêneros de primeira necessidade [...]. Quando compramos perguntamos ao comerciante qual é o preço e quando temos para vender perguntamos quanto paga.”²⁰

“...ao longo dêste processo, esterilizam-se parcelas consideráveis de fatores aplicados na produção de excedentes, o nível técnico da cultura decai por falta de estímulos e de ânimo do produtor para aprimorá-lo e, além disso, surgem tensões sociais — com repercussões políticas — com raízes no descontentamento de lavradores que em número crescente vão sendo marginalizados.”²¹

O colonialismo interno se manifesta, portanto, como processo que subtrai aos diferentes setores da produção agrária as condições para a efetivação

de práticas capitalistas: “atividade antieconômica”, “quando compramos perguntamos ao comerciante qual é o preço e quando temos para vender perguntamos quanto paga”, são expressões que caracterizam o teor desse processo. Em outros termos, o desenvolvimentismo pôs em jogo a viabilidade da efetivação do capitalismo no campo. As tensões sociais a que alude o líder ruralista no último depoimento, mostra que o problema se propõe em dois níveis: no econômico e no político. Mais ainda, as verbalizações em torno de “descapitalização”, “transferência de renda”, “subsídio do consumo urbano”, “liberação do comércio de produtos agrícolas”, “supressão de confiscos”, etc. são feitas por pessoas que raciocinam empresarialmente. Por esse motivo, as tensões referidas experimem-se pela atuação de associações rurais, iso e, por formas de atuação próprias da sociedade urbano-industrial. Num primeiro plano, pois, a questão se apresenta como dizendo respeito a uma inconsistência cultural, isto é, à inviabilidade de efetivação da cultura capitalista.

3. *O associativismo agrário como movimento social*

Apesar de que as associações rurais tenham sido criadas “em todos os municípios” por lei federal de 1945, reunidas em federações estaduais e subordinadas à Confederação Rural Brasileira,²² os dados disponíveis mostram que há dois momentos significativos na sua história a partir de então: 1955, quando o número de sócios em todo o Brasil cresceu em 25% relativamente ao ano anterior e 1961, quando o número de sócios cresceu em 28%.²³ Independentemente de que as motivações dos ruralistas para aderirem às associações rurais possam decorrido da intensificação do êxodo rural de trabalhadores, do incremento da inflação, da piora das relações de intercâmbio entre preços da cidade e do campo, do desencadeamento da sindicalização rural, etc., esses dados mostram que os ruralistas apresentam uma especial sensibilidade para momentos dessa etapa. Por isso, a expansão do associativismo empresarial agrário evidencia a adesão não só a uma organização formal, mas, acima de tudo, a um movimento social cujos objetivos adquirem aí a conotação política que se desvendaria na crise de 1964.

Impõe-se, portanto, como já foi dito, distinguir dois níveis na afirmação de interesses contrários à implicações do desenvolvimentismo para o setor agrário: o econômico e o político.

A manifestação do problema no nível econômico estimulou um forma de associativismo de atuação predominantemente econômica: o cooperativismo. O quadro IV permite verificar que o maior crescimento do número de cooperados das cooperativas de produção ocorreu justamente durante o apogeu do desenvolvimentismo.

IV. — NÚMERO DE COOPERATIVAS E COOPERADOS DE PRODUÇÃO
BRASIL

<i>Ano</i>	<i>Cooperativas</i>	<i>Cooperados</i>	<i>Cooperados: índice de base móvel</i>
1902/45	1 067	105 543	100
1950	1 461	145 142	109
1955	1 289	180 320	124
1960	1 739	406 486	225
1965	2 500	1 800 000	443

Obs.: A fonte faz restrições quanto à precisão dos números.

FONTE — “Cooperativismo - Realidade sem estatísticas”, *Coopercotia*, ano XXIII, no. 200, junho de 1966, p. 46.

O cooperativismo constituiu-se na técnica econômica capaz de permitir ao produtor rural ampliar a retenção da sua parcela no preço final do produto ou, ao menos, atenuar a descapitalização no plano do estabelecimento rural. Por isso mesmo, o cooperativismo enquanto dimensão dos movimentos associativos agrários tem também as suas implicações políticas, uma vez que se revestiu da condição de instrumento de defesa de interesses de classe. O capítulo mais significativo do movimento cooperativista ocorreu justamente em relação ao café, produto em torno do qual gravitam poderosos interesses. Cafeicultores paulistas e mineiros, da região da Mojiana, descendentes de cafeicultores “históricos” (de final do século passado à crise de 1929), organizaram-se, em 1960, numa cooperativa, como culminância de um processo de defesa de interesses contra os comerciantes da Praça de Santos, que teve início em 1937 e recrudescera a partir de 1956.²⁴ Essa cooperativa é hoje a Mojiana — Cooperativa Central de Cafeicultores. A importância do cooperativismo na comercialização do café pode ser inferida de que 80.3% da renda bruta do café em São Paulo, em 1964, corresponderam à renda bruta das cooperativas de cafeicultores.²⁵

A oposição dos interesses entre cafeicultores e comerciantes foi estimulada pelo Estado como a criação, em 1952, do Instituto Brasileiro do Café. O cooperativismo “estimulado pelo IBC e pela compreensão do Banco do Brasil é um fato irreversível na economia cafeeira, já alcançando sua esfera de influência a quarta parte do volume das safras. O cooperativismo permitiu que milhões de sacas exportadas propiciassem aos seus produtores, soma de recurso então retida na intermediária.”²⁶ Mas ao mesmo tempo em que o Estado atuou no sentido de romper os vínculos coloniais externos, fortalecendo a defesa dos interesses do produtor contra os exportadores e importadores, atuando para evitar a deterioração das relações de intercâmbio do café no mercado internacional, instituiu o

confisco cambial. Isto é, preservou ou aumentou tècnicamente a renda gerada pela cafeicultura e simultâneamente reorientou parte substancial dessa renda, por sua mediação, para o setor urbano-industrial.

Por isso mesmo, a direção política do associativismo rural está predominantemente orientada para o contrôle do Estado, isto é, para o domínio do instrumento fundamental do desenvolvimentismo. O engajamento dos ruralistas nas conspirações e ações que levaram à mudança do regime em 1964 foi diretamente inspirada pela intenção de alterar a composição política do Estado de modo a influir nas suas diretrizes econômicas. Consumada a mudança, e definindo-se os rumos governamentais no tocante à economia do país numa direção que lhes era insatisfatória, movimentaram-se novamente. De início, tentando lembrar e justificar as posições assumidas:

“Afirmamos que vinha a agricultura de grandes sacrifícios impostos pela inflação nos governos passados, da qual apenas arcou com os ônus, descapitalizando-se inteiramente, sofrendo, ainda, as ameaças de tãda a ordem do govêrno deposto, o que a trazia em permanente preocupação e intranquilidade. [...] A agricultura, sôbre a qual pesa a responsabilidade do abastecimento de víveres às populações e a da produção de exportação que assegura a receita de divisas, é também o mercado consumidor dos produtos manufaturados.”²⁷

“O processo inflacionário dos últimos anos implicou numa ponderável perda de substância por parte da agricultura, constituindo um processo descapitalizante, evidenciado, principalmente, nas desvantagens das relações de trocas com os demais setores econômicos. Com exceção dos dois principais produtos de exportação — café e cacau — os demais, de consumo interno e exportação, apresentam preços reais inferiores àqueles que vigoraram em 1947/1948, e mesmo antes da segunda guerra mundial./ Por outro lado, é perfeitamente pacífico que a parcela mais ponderável do custo de nosso desenvolvimento tem sido quase que exclusivamente financiado pela agricultura. Os agricultores acreditam que a política de desenvolvimento econômico, bem conduzida e equilibrada, é o único caminho para se alcançar um real progresso, pois o alargamento do mercado interno exerce um papel de vasos comunicantes entre tãdas as atividades produtoras. Apenas consideram que a repartição dos ônus decorrentes dêsse esforço deve ser feita entre tãdas as classes, a fim de manter o desejado e indispensável equilíbrio.”²⁸

No entanto, o relacionamento com os representantes do Estado tornou-se áspero, paulatinamente marcado por fatos e pronunciamentos em que a inquietação dos ruralistas reacentrou o sentido nuclear dos movimentos

sociais de que vinham participando. Por isso mesmo, já em 1965, difundiu-se entre eles a convicção de que

“a agricultura brasileira foi o elemento propulsor do movimento de 31 de março, mas se transformou em sua primeira vítima.”²⁹

Essa convicção parece ter-se acentuado e firmado a partir da divulgação do “Programa de Ação do Governo Revolucionário” apresentado à Câmara dos Deputados, cujas diretrizes, no que respeita à agropecuária, foram assim resumidas por um especialista:

“*Política Agrária* — a política agrária do governo revolucionário esmera-se em fixar o homem à terra e de preferência na pequena propriedade agrícola, onde o trabalho manual e o esforço muscular constituem as mais poderosas forças disponíveis para a produção agropecuária. A reforma agrária, recentemente promulgada, está dirigida no duplo sentido de reter a mão de obra no setor primário e de explorar o trabalho braçal mais intensamente, ainda que resulte em detrimento do nível de produtividade do homem-hora por hectare cultivado.

Política Agrícola: a política agrícola do governo está solidária com as diretrizes gerais do seu programa de ação na agricultura pois, pretende estimular a expansão do setor de tecnologia primitiva é pouco capitalizado, sem fazer grandes investimentos no meio rural.”³⁰

● que levou um dos principais líderes ruralistas a afirmar que os congressistas estavam “julgando a agricultura brasileira, votando integralmente o plano urdido para reduzi-la a uma atividade artesanal.”³¹

Ainda no mesmo ano de 1965, o referido líder, ao ser homenageado “por dirigentes das associações rurais de quase todos os Estados da Federação”, compôs o quadro da posição dos ruralistas perante o Estado e de como viam a dêste em relação ao setor agropecuário:

“Inspiradas em conceitos sadios e construtivos, foi que as entidades representativas dos vários rincões brasileiros, na Concentração Nacional de Ruralistas, realizada logo após a vitória militar da resistência democrática, firmaram uma Carta de Princípios, onde a agricultura exprime o seu dever e proclama o seu direito. O dever de cumprir a tarefa que lhe compete e o direito de participar da destinação dos novos rumos, liberta de tutelas e de processos discriminatórios injustos e injustificáveis. [...] Eram os rumos que se esperavam do governo a se implantar, e a cuja ação tenho procurado dar colaboração com pronunciamentos alertadores e, por vêzes, não muito bem compreendidos.

“No entanto, a preferiu-se continuar, ao invés de recomeçar.

“As advertências caíram no vazio, conservando-se o programa político e econômico-financeiro em moldes cuja ineficácia a experiência já havia demonstrado.”³²

Além das palavras e além da conspiração que culminou na mudança do govêrno em 1964, os ruralistas paraanaenses e paulistas “reuniram-se em Jacarènzinho, ameaçando fechamento de estradas e uma nova ‘marcha da produção’ que acabou não saindo.”³³ Esse fato é significativo em face precisamente da primeira “marcha da produção”, organizada no apogeu do desenvolvimentismo. E, “no segundo aniversário da Revolução” os lavradores tentaram protestar com uma Marcha do Silêncio, que acabou silenciosa demais, porque apareceu pouca gente.”³⁴

Em suma, apesar das motivações dos ruralistas, a alteração do regime não significou a implantação da viabilidade dos objetivos centrais do movimento, pois “preferiu-se continuar”. E uma vez que no próprio programa governamental o Estado definiuse por uma agricultura artesanal, isso significava que a agricultura empresarial continuaria desestimulada.

Conclusão

O movimento social aqui considerado exprime o seu sentido não só no obetivo que persegue —a supressão das implicações do desenvolvimentismo para a agropecuária— mas também na mentalidade que a êste define: a mentalidade empresarial. Por isso, o teor do movimento associativista foi encarado como teor limite, pois essa mentalidade prende —o a uma formação histórica— o capitalismo —e o objetivo definido do movimento, por sua vez, prende— o a um segmento dessa formação— o capitalismo periférico.

O fato de que nos setores da agropecuária mais marcados pela produção de “artigos exportáveis” tenha o movimento surgido e encontrado o seu suporte mais consistente, permite supor que o modo como o movimento se definiu apoia-se numa herança da mentalidade empresarial difundida na hegemonia da economia colonial. É significativo que a classe portadora dessa mentalidade tenha começado a manifestar a sua inquietação à medida em que foram sendo tomadas as providências decisivas para “interiorizar” a “economia externa”. O movimento associativista empresarial no Brasil agrário não é, pois, o resultado do desenvolvimento de uma consciência dos interesses de classes *no produtor rural*, mas sim do bloqueio ou supressão das condições econômicas para a vigência do capitalismo no campo em decorrência da política desenvolvimentista.

¹ Octavio Ianni, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, S. A., Rio de Janeiro, 1968, pg. 10; Octavio Ianni, *Estado e Capitalismo*, Editora Civilização Brasileira, S. A., Rio de Janeiro, 1965, pgs. 107 e segs.

² Em estudo realizado sobre o mercado do Rio de Janeiro observou-se que parcela retida pelo produtor é menor quando é maior a distância em que se encontra o consumidor. Do preço pago pelo consumidor carioca de arroz em 1966, 34.5% couberam ao produtor, 24.1% aos atacadistas e varejistas e 41.4% a outras funções intermediárias, entre as quais se conta o transporte. Cf. Carlos Maciel Cristancho e Frederick Joseph Poats, *Margens de Comercialização para Alimentos Seleccionados Consumidos no Rio de Janeiro*, Ministério da Agricultura — Departamento Econômico Rio de Janeiro, maio de 1966, ed. mimeografada.

³ Sobre a interiorização das funções metropolitanas, cf. Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, Companhia Editora Nacional — Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

⁴ “Memorial da Sociedade Rural Brasileira a Castelo Branco”, São Paulo, 22 de setembro de 1965.

⁵ “O presidente e o algodão nordestino”, *O Estado de S. Paulo*, 26 de julho de 1964, pg. 3.

⁶ José Carlos Pereira, *Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo*, Companhia Editora Nacional — Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967, pgs. 69-70.

⁷ Jorge Wolney Atalla (Diretor da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo), “Perspectivas para o açúcar”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 1967, pg. 28.

⁸ Jorge Wolney Atalla, “O açúcar é o que menos sobe”, *O Estado de S. Paulo*, 28 de janeiro de 1968, pg. 39.

⁹ Salvador de Toledo Artigas, “Martírio e redenção da cafeicultura no país”, *O Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 1969, pg. 59.

¹⁰ Associação Comercial de Santos, “Praça de Santos analisa o café”, *O Estado de S. Paulo*, 7 de janeiro de 1968, pg. 33.

¹¹ Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, “Comunicado Oficial”, *Correio da Manhã*, Rio, 29 de maio de 1964, 1ª cad. pg. 3.

¹² Jorge Wolney Atalla, “O açúcar é o que menos sobe”, *cit.*

¹³ “Ruralistas pedem a Castelo que libere totalmente o algodão”, *O Estado de S. Paulo*, 16 de julho de 1964, pg. 26.

¹⁴ “Govêrno resolverá o problema do cacau”, *O Estado de S. Paulo*, 13 de outubro de 1968, pg. 53.

¹⁵ “Café: moções irão ao presidente”, *O Estado de S. Paulo*, 28 de abril de 1967, pg. 16.

¹⁶ “Memorial da pecuária alertará sobre crise”, *Folha de S. Paulo*, 1º caderno, 26 de abril de 1967, pg. 11.

¹⁷ “Relatório prêto para C. Branco pensar”, *Balde Branco*, Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, ano 1, no. 8, junho, 1965, pg. 32.

¹⁸ “Financiamento desvirtuado”, *O Estado de S. Paulo*, 7 de fevereiro de 1965, p. 3.

¹⁹ “Produtores de leite apresentam sugestões”, tese da Comissão Técnica da Pecuária de Leite da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo ao I Seminário Nacional da Pecuária, realizado em Uberaba, MG, *O Estado de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 1970, pg. 54.

²⁰ “Ruralista depõe situação rural no país”, carta aberta do ruralista Antônio Jacob Paixão Carneiro, de Ubá — MG, ao presidente da República, *Correio da Manhã*, 3º caderno, Rio, 4 de fevereiro de 1966, pg. 3.

²¹ “Quota é o caminho”, depoimento do diretor do Departamento de Cafeicultura da Sociedade Rural Brasileira, *O Estado de S. Paulo*, 1 de maio de 1966, pg. 37.

²² Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, *Inventário da Informação do Desenvolvimento Agrícola na América Latina — Brasil*, União Pan-Americana, Washington, 1964, pg. 75.

²³ IBGE-Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*.

²⁴ Araguaya Feitosa Martins, *Mutirão Cafeeiro*, 2^a edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1962, pgs. 43-61.

²⁵ Anna Perina R. de Arruda, "O cooperativismo na comercialização de produtos agropecuários no Estado de São Paulo", *Agricultura em São Paulo*, ano xvi, nos. 7/8, Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura, São Paulo, julho/agosto de 1969, pgs. 51-52.

²⁶ Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, "Comunicado Oficial", *cit.*

²⁷ "Entrevista de ruralistas com o presidente", (declarações do presidente da Sociedade Rural Brasileira), *O Estado de S. Paulo*, 7 de julho de 1964, p. 21.

²⁸ "Memorial enviado ao Presidente da República pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo", *Folha de São Paulo* (Economia e Finanças), 19 de julho de 1964, pg. 6.

²⁹ "Almeida Prado diz que agricultura é vítima da revolução", *Jornal do Brasil*, Rio, 16 de março de 1965, 1^o caderno, pg. 14.

³⁰ J. Barrisson Villares, "Plano agrícola troca o trator pelo homem", *Folha de S. Paulo*, (Folha Agropecuária), 9 de janeiro de 1965, p.

³¹ "Almeida Prado diz que agricultura é vítima da revolução", *cit.*

³² Sálvio de Almeida Prado, discurso: "Presidente da SRB: a lavoura quer mudanças", *Folha de S. Paulo*, 1 de junho de 1965, 3^o caderno, pg. 7.

³³ "Café está em guerra", *Jornal da Tarde*, 16 de agosto de 1966, pg. 5.

³⁴ *Ibidem.*